



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 1.071, DE 22 DE JANEIRO DE 2020.**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o pagamento de abono aos servidores da rede municipal de ensino com as sobras dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com a aplicação da Lei n.º 11.494/2017, e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover o pagamento de abono aos servidores da rede municipal de ensino com as sobras dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com a aplicação da lei 11.494/2017.

**Art. 2º** Para efeitos de distribuição, o abono será feito ao servidor na proporção de sua jornada de trabalho.

**Parágrafo único.** Consideram-se profissionais em efetivo exercício aqueles em atuação efetiva no desempenho das atividades da rede pública municipal de ensino, inclusive os servidores de apoio, associada a sua regular vinculação com a Prefeitura Municipal, estatutária, não sendo descaracterizada por eventuais afastamento temporários previsto em lei, com ônus para o Município, que não impliquem em rompimento da relação jurídica existente.

**Art. 3º.** A distribuição das eventuais sobras dos recursos através do abono terá como base as transferências do FUNDEB recebidas no período de janeiro a dezembro de 2019 e obedecerá aos seguintes critérios:

I – O valor a ser pago aos profissionais da educação será obtido pela divisão do valor faltando para atingir o percentual de (100%) dos recursos recebidos, tendo com margem de segurança o percentual de no mínimo 1% (um por cento).

II – O pagamento poderá ocorrer através de folha de pagamento específica.

**Parágrafo único.** O valor do abono tratado por esta lei não se incorpora aos vencimentos ou proventos para qualquer efeito.

**Art. 4º** O rateio será calculado, dividindo-se o valor original das sobras do FUNDEB pela quantidade de servidores habilitados a recebê-lo, observando-se o disposto no art. 2º desta lei.





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 5º** O valor a ser repassado aos profissionais da educação será pago através de transferência bancária diretamente na conta do servidor.

**Art. 6º** O valor a ser rateado por se tratar de parcela com caráter de abono eventual único, desvinculado do salário, não terá a incidência de desconto previdenciário.

**Art. 7º** Fica dispensado a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5º, do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, por ser despesa já prevista na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 8º** As despesas desta Lei serão suportadas por recursos do FUNDEB de 2019 e serão aptas ao cumprimento do percentual previsto no art. 212, da Constituição Federal, para o exercício findo.

**Art. 9º** Fica, ainda, autorizada a reprogramação das sobras, em até 5% (cinco por cento), dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos da Lei n.º 11.494/2017, que deverão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício de 2020, para pagamento de despesas com os profissionais do magistério.


**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros para o exercício de 2019, revogadas as disposições em contrário

Santana do Ipanema, 22 de janeiro de 2020.

  
**ISNALDO BULHÕES BARROS**

Prefeito

A presente Lei foi registrada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio e publicada no mural do prédio da sede da Prefeitura e nos lugares públicos, em 22 (vinte e dois) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte).

  
**ANTÔNIO DE PÁDUA NUNES BATISTA**  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio